



Ex.mo Sr. (a)

v/ referência n/ referência M.G. nr. ofício data 22.06.2022
Assunto: **Aquisição de serviços - Fornecimento de refeições em refeitórios escolares**
AJUSTE DIRETO N.º 50/22 – Ao abrigo da alínea c), n.º 1, artigo 24.º do Código dos
Contratos Públicos (CCP)

CONVITE

A Câmara Municipal de Guimarães, adiante designada por “CÂMARA”, por decisão do Sra. Vereadora datada de 22/06/22 pretende proceder à adjudicação, da aquisição em epígrafe, a executar de acordo com o caderno de encargos anexo ao presente convite.

Para o efeito, convida-se V. Exas. a apresentarem proposta, obedecendo o procedimento adjudicatório aos seguintes termos:

1. CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. Prazo e entrega da proposta

1.1.1. A proposta deverá ser entregue até às 23:59 horas, do dia 28 de junho de **2022**.

1.1.2. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública acingov, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

1.1.3. Se a “CÂMARA” entender por conveniente alterar o prazo de apresentação da proposta, comunicará a nova data e/ou hora, através da plataforma eletrónica acingov.

1.1.4. Durante o prazo fixado para a entrega da proposta, o interessado deverá, se necessário, inspecionar os locais da aquisição de serviços, constantes no **Anexo A1**, e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua proposta, devendo inteirar-se de todas as condições, nomeadamente das que possam influir no modo de execução do serviço, se a “CÂMARA” assim o entender, será acompanhado por um elemento por esta designado.

1.1.5. O interessado não poderá, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos, para condicionar a apresentação da sua proposta.

1.2. Documentos que instruem as propostas

1.2.1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:

- a)** Declaração de acordo com o modelo constante do **Anexo I** do presente convite;
- b)** Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o **Anexo B1** do presente convite.

Para efeitos do preenchimento deste anexo, nomeadamente, no que diz respeito à decomposição do preço unitário da refeição, apenas será aceite a utilização de 2 casas decimais, não podendo ser apresentados valores de 0,00€;

- c)** Indicação dos técnicos ou órgão técnicos integrados ou não na empresa e, mais especificamente, daqueles que têm a seu cargo o controlo de qualidade, bem como das habilitações literárias e profissionais desses técnicos, especialmente dos afetos ao fornecimento dos bens ou serviços;
- d)** Descrição dos métodos adotados pelo concorrente da garantia da qualidade e dos meios de estudo e investigação que utiliza;
- e)** Certificado emitido por organismos independentes para certificação da conformidade do prestador de serviços com determinadas normas de garantia de qualidade;
- f)** Mapa de pessoal (**Anexo C1**) respeitante aos refeitórios, que fará parte integrante do contrato, indicando o número e as categorias profissionais dos trabalhadores a colocar em serviço nos mesmos, segundo os ratios de pessoal/refeição, estabelecidos nas tabelas constantes da cláusula 44.ª do Caderno de Encargos;
- g)** Outros, em conformidade com o caderno de encargos, se aplicável.

1.2.2. Apresentação de **documento comprovativo do poder de assinatura de documentos submetidos na plataforma eletrónica**, conforme disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

1.2.3. A declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, referida na alínea a) do ponto 1.2.1., deverá observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

1.2.4. Na declaração de preço contratual, referida na alínea b) do ponto 1.2.1., o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos.

1.2.5. Nos documentos acima referidos, o concorrente deverá identificar expressa e inequivocamente:

- a)** Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b), n.º 5, artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, do qual



não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no caderno de encargos;

- b) O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.

1.2.6. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também à proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

1.2.7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelo interessado, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos.

1.3. Modo de apresentação dos documentos das propostas

Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

1.4. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1.4.1. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do **Anexo II** do presente convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Certidão de matrícula da empresa emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou indicação do código de acesso à Certidão permanente on-line;
- d) Declaração comprovativa da inscrição de beneficiário efetivo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e regulamentada através da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto e da Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho;
- e) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, no caso em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 9.º do artigo 81.º do CCP;
- f) Apresentação de Plano de Formação, nos termos da cláusula 46.ª do Caderno de Encargos.

1.4.2. Poderá ainda ser solicitado ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

1.5. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1.5.1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação eletrónica acingov, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

1.5.2. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a “CÂMARA” consulte a informação prevista na alínea b) do n.º 1, artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que o Município de Guimarães tem o NIF 505948605 e o NISS 20009905204, podendo com estes números o concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido constitui documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto 1.4.1.

1.5.3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

1.6. Negociação

A proposta apresentada, não será objeto de negociação.

1.7. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º, do Código dos Contratos Públicos.

1.8. Prazo de validade

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 120 (cento e vinte) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.



2. ABERTURA DA PROPOSTA

A abertura da proposta terá lugar no dia útil imediato à data limite de entrega da proposta e decorrerá em sessão privada.

3. ANÁLISE E EXCLUSÃO DA PROPOSTA

3.1. A proposta será analisada em todos os seus atributos, em conformidade com o solicitado no convite e caderno de encargos, sendo elaborada uma Informação de Análise.

3.2. É considerada inaceitável a proposta que:

- a) Não apresente algum dos atributos e essa falta seja considerada essencial para efeitos de avaliação da proposta;
- b) Implique uma impossibilidade de avaliação da mesma em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- c) Implique um preço contratual superior ao preço base fixado no Caderno de Encargos;
Por preço contratual entende-se o preço da proposta, conforme expresso na declaração exigida na alínea b) do ponto 1.2.1;
- d) Violação, em caso de celebração do contrato, de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- e) Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- f) Não apresentem assinatura eletrónica qualificada, conforme previsto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. NÃO ADJUDICAÇÃO

A CÂMARA reserva-se ao direito de não adjudicação ou anulação do presente procedimento adjudicatório, designadamente por necessidade superveniente de alteração de aspetos fundamentais do Caderno de Encargos ou em função de questões relacionadas com os pressupostos da decisão de contratar.

5. MODALIDADE DE PAGAMENTO

Em conformidade com a cláusula 9.ª do caderno de encargos.

6. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 6.1. A decisão de adjudicação será notificada, ao adjudicatário, devendo apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no presente convite.
- 6.2. É concedido o prazo de 2 dias úteis, para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
- 6.3. A pedido do adjudicatário, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, uma única vez, por um período não superior a 5 dias úteis.

7. CAUÇÃO

O adjudicatário deve prestar a caução, no valor de 5% do preço contratual, no prazo de 10 dias úteis a contar do prazo notificação de apresentação dos documentos de habilitação, indicado no ponto 1.4.1, e em conformidade com os artigos 89.º e 90.º do CCP.

8. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. A celebração do contrato obedecerá ao disposto nos artigos 94.º e seguintes do CCP.
- 8.2. Concretizados os procedimentos previstos em 6 e aprovada pela CÂMARA a minuta do contrato a celebrar, o Adjudicatário é notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
- 8.3. A CÂMARA comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a assinatura do contrato.

9. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos artigos 86.º e 87.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º, n.ºs 1 e 2 do Código dos Contratos Públicos;
- c) não apresentar quaisquer outros dos documentos referidos no ponto 6 supra.



10. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCEDIMENTO

10.1. Data limite e modo para a solicitação de esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, devem ser solicitados, por escrito, pelo concorrente através da plataforma eletrónica acingov, até ao dia anterior ao prazo fixado para apresentação da proposta, em conformidade com o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos.

É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, para os esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.

11. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

A CÂMARA, poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

12. ENCARGOS DO CONCORRENTE

As despesas inerentes à elaboração da proposta.

13. NOTA FINAL

Em tudo aquilo que diga respeito à formação do contrato, o Código dos Contratos Públicos só é aplicável ao presente convite, nos precisos termos das disposições neste expressamente invocadas.

No tocante ao regime substantivo do contrato a celebrar, o mesmo rege-se pelo Código dos Contratos Públicos.

De acordo com o ponto 8.4.1 da Norma NP EN ISO 9001, relativa ao Sistema de Gestão da Qualidade, o Município deve assegurar a conformidade dos processos, produtos e serviços de fornecedores externos com os requisitos definidos. Neste sentido, o Município definiu critérios de avaliação e monitorização do desempenho dos fornecedores, nomeadamente quanto ao cumprimento das características técnicas, dos requisitos legais e do prazo de entrega.

Anualmente é efetuada uma avaliação dos fornecedores, com base nos fornecimentos e nas respetivas ocorrências.

Com os melhores cumprimentos.

A Vereadora da Câmara Municipal,

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Sofia Ferreira', with a large, stylized flourish extending from the end of the signature.

(Dra. Sofia Ferreira)

(Competência delegada, por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/10/2021)



ANEXOS

ANEXO I – Modelo de declaração do conteúdo do caderno de encargos

ANEXO II – Modelo de declaração de habilitação

ANEXO B1 – Modelo de indicação do preço contratual

ANEXO B2 – Modelo da proposta para a Incidência dos encargos com pessoal no preço unitário da refeição

ANEXO A1 – Mapa de fornecimento de refeições

ANEXO C1 – Mapa de pessoal respeitante aos refeitórios

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (I)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (II) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (III):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente



ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (iv)].

ⁱ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ⁱⁱ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ⁱⁱⁱ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

^{iv} Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (i)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (ii) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (iii)] os documentos comprovativos de que a sua representada (iv) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (v)].

ⁱ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ⁱⁱ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ⁱⁱⁱ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

^{iv} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

^v Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO B1

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

F..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a aquisição de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares, constante do **Anexo A1**, em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual total de Euros (..... euros), para o período de vigência de setembro a dezembro de 2022, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, nos termos do disposto no art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Proposta de preços

Preço contratual corresponde ao somatório dos valores totais das alíneas a) a b): _____, __ € + IVA

a) **Preço total** referente ao número total de refeições (almoço, almoço volante e reforço de viagem de longa distância) previstos no **Anexo A1 (272.160)**: _____, __ € + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de __, __ € (extenso), o qual se decompõe como se segue:

Matéria-prima alimentar	__, __ €
Matéria-prima não alimentar	__, __ €
Encargos com pessoal	__, __ €(a)
Encargos gerais	__, __ €
Lucro	__, __ €

b) **Preço total** referente ao número total de suplementos alimentares previstos no **Anexo A1 (30.240)**: _____, __ € + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de __, __ € (extenso), o qual se decompõe como se segue:

Matéria-prima alimentar	__, __ €
Matéria-prima não alimentar	__, __ €



Encargos com pessoal	__,__ €(a)
Encargos gerais	__,__ €
Lucro	__,__ €

a) Encargos de pessoal a que se refere a tabela da Cláusula 44.^a, conforme **Anexo B2**

Data...

Assinatura...

ANEXO B2
MODELO DE PROPOSTA
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS COM PESSOAL NO PREÇO UNITÁRIO DA REFEIÇÃO - SETEMBRO A DEZEMBRO 2022

Estabelecimentos de Ensino	Número de Unidades				Cozinheiro			Preparador			Empregado de Refeitório				Subsídios de Férias e Natal				Total Despesas c/ Pessoal	
	Cozinheiro 2.ª	Preparador	Empregado Refeitório		Total de Vencimentos	Encargos Sociais	Subsídios de Férias e Natal	Total de Vencimentos	Encargos Sociais	Subsídios de Férias e Natal	Total de Vencimentos		Encargos Sociais	Tempo Parcial	Subsídios de Férias e Natal		Tempo Parcial	Tempo Inteiro	Mês	4 Meses
			Tempo Inteiro	Tempo Parcial							Tempo Inteiro	Tempo Parcial			Tempo Inteiro	Tempo Parcial				
EB do Abaço																				
EB de Britos																				
EB D. Afonso Henriques																				
EB Arquitecto Fernando Tavora																				
EB de S. Torcato																				
EB de Paredes																				
EB Gil Vicente																				
EB Professor Abel Salazar																				
EB Professor João de Mota																				
EB Arquitecto Mário Lúcio																				
EB Eça de Queiroz																				
EB das Taipas																				
EB Virgília Moura																				
EB S. Santos Simões																				
ES Francisco de Holanda																				
ES Martins Sarmento																				
ES das Taipas																				
Total (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



European Union
World Heritage

ANEXO A1
MAPA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MÉDIA DIÁRIA DE ALMOÇOS	PREVISÃO FORNECIMENTO SET A DEZ (70 DIAS)
EB de Abação	165	11.550
EB de Briteiros	175	12.250
EB D. Afonso Henriques	285	19.950
EB Arquiteto Fernando Távora	135	9.450
EB de S. Torcato	190	13.300
EB de Pevidém	285	19.950
EB Gil Vicente	180	12.600
EB Professor Abel Salazar	205	14.350
EB Professor João de Meira	565	39.550
EB Arqueólogo Mário Cardoso	285	19.950
EB Egas Moniz	285	19.950
EB das Taipas	315	22.050
EB Virgínia Moura	260	18.200
EB/S Santos Simões	400	28.000
ES Francisco de Holanda	215	15.050
ES Martins Sarmiento	200	14.000
ES das Taipas	175	12.250
	4.320	302.400

A previsão de fornecimento constante da tabela acima apresentada corresponde às refeições almoço (ementa mediterrânica e vegetariana), almoço volante e reforço de viagem de longa distância e suplementos alimentares previstos na Cláusula 29.ª do Caderno de Encargos.



ANEXO C1

Modelo de mapa a que se refere a alínea f) do ponto 1.2.1. do Convite

Estabelecimentos de Ensino	Número de Unidades						
	Refeitórios a que se refere a Tabela 1 da Cláusula 44ª						
	Média Diária de Refeições	Cozinheiro 2.ª	Preparador	Empregado Refeitório		Total	
				Tempo Inteiro	Tempo Parcial	Tempo Inteiro	Tempo Parcial
EB de Abação	165						
EB de Briteiros	175						
EB D. Afonso Henriques	285						
EB Arquiteto Fernando Távora	135						
EB de S. Torcato	190						
EB de Pevidém	285						
EB Gil Vicente	180						
EB Professor Abel Salazar	205						
EB Professor João de Meira	565						
EB Arqueólogo Mário Cardoso	285						
EB Egas Moniz	285						
EB das Taipas	315						
EB Virgínia Moura	260						
EB/S Santos Simões	400						
ES Francisco de Holanda	215						
ES Martins Sarmiento	200						
ES das Taipas	175						
Total	4.320						